

**Evento:**XXX Jornada de Pesquisa**REPERCUSSÕES DO VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA, NO BEM-VIVER EM IJUÍ, RS<sup>1</sup>****Francesca Werner Ferreira<sup>2</sup>, Maria Cristina Pansera-de-Araújo<sup>3</sup>, Leonir Terezinha Uhde<sup>4</sup>, Natália Dias de Oliveira<sup>5</sup>, Catiane Oster<sup>6</sup>, Conceição Colaço<sup>7</sup>**

<sup>1</sup> Resultado da participação AIPAN, docentes e discente da UNIJUI, professora das redes municipal e estadual e investigadora da Universidade de Lisboa

<sup>2</sup> Associação Ijuicense de Proteção ao Ambiente Natural - AIPAN Ponto de Cultura, pisciskeka@gmail.com

<sup>3</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências, Curso de Ciências Biológicas, pansera@unijui.edu.br

<sup>4</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade e do Curso de Agronomia da UNIJUI, uhde@unijui.edu.br

<sup>5</sup> Bolsista Capes; Doutoranda em Desenvolvimento Regional, Unijuí, Ijuí, RS. E-mail: natalia.dias@sou.unijui.edu.br

<sup>6</sup> Professora das redes municipal e estadual, Ijuí

<sup>7</sup> Investigadora na Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, CEABN-InBIO

**INTRODUÇÃO**

A realização do VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa (EALusófono) ancora-se na história e temas, que propõem a vida de qualidade. Marina Silva, ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, na abertura do evento, chamou a atenção de que o futuro é hoje, não podemos mais esperar para interromper a crise climática.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 1996, reúne dez países lusófonos e promove a cooperação em Educação Ambiental (EA), fundamentada em Agenda Ambiental e Plano Estratégico de Cooperação. Em 2005, foi criada a Rede Lusófona de Educação Ambiental (REDELUSO), com educadores de Angola, Brasil, Portugal, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Galiza e, mais recentemente, Guiné Equatorial.

É neste enquadramento que surgem os congressos lusófonos de EA com o seu início em 2007 na Galiza - Espanha. Desde então, os EALusófono são promovidos, em diferentes nações, para conhecer a realidade das comunidades locais, cooperação acadêmica e políticas



educacionais comunitárias. Ao partilhar espaços e saberes com outras experiências educativas centradas na justiça social e ambiental, a EA mostra que não tem fronteiras, que todos os países e comunidades, que participam dos eventos, pautam a igualdade e equidade, a comunicação e valores de cooperação e solidariedade. Os congressos, tratados normativos e intercâmbios culturais demonstram vocação crescente para fortalecer a cooperação, criar políticas locais efetivas e transformar a educação em ferramenta de justiça socioambiental.

Na primeira edição do EALusófono, em Santiago de Compostela (Galiza), o tema central “Cambio climático, conservación de la biodiversidad y sostenibilidad socioambiental” foi aprofundado como elemento de combate aos desafios ambientais. A conservação da biodiversidade, mudanças climáticas e combate à crise ambiental sob a perspectiva da sustentabilidade socioambiental e da cooperação internacional foi foco do evento. A segunda aconteceu em 2013, em Cuiabá (Mato Grosso, Brasil) com a retomada do estado da arte da EA nos países lusófonos e Galiza, para construir o fio condutor na (des)colonialidade, sentimentos de pertencimento, amadurecimento da EA e o da CPLP e REDELUSO.

O III aconteceu em 2015, na comunidade de Torreira, em Murtosa (Portugal), com o tema “Educação Ambiental e Participação Social: travessias e encontros para os bens comuns”. Nesta edição, o “Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” passou a ser referência para estimular diálogos, potencializar o agir, refletir, dialogar e planejar coletivamente, sensibilizando e comprometendo cada pessoa com o Bem Comum. Diante do apelo “Se não é agora, é quando?”, a EA precisa conciliar a visão utópica do futuro desejado as práxis educativa e cultural comprometidas com a mudança efetiva da realidade.

A continuidade das discussões aconteceu, na África, sendo a IV edição em São Tomé e Príncipe (Ilha do Príncipe), em 2017, com o tema “A Terra é uma ilha: A Educação Ambiental como resposta às suas fragilidades e como contributo para viver nos seus limites”; a V edição em Guiné-Bissau (Arquipélago dos Bijagós), em 2019, discutiu a “Crise Ecológica e Migrações: leituras e respostas da Educação Ambiental”; o VI, em Cabo Verde (Mindelo), em 2021, sobre “Oceano, Lusofonia e Educação Ambiental: caminhos e esperança para uma transformação socioecológica na CPLP”; e VII, em 2023, em Moçambique (Maputo), “Educação Ambiental: a Chave para a Sustentabilidade”. A partir de 2017, os congressos passaram a integrar as comunidades locais em sua programação, valorizando a cultura e os



saberes tradicionais, a questão do lixo marinho e a crise climática como temas prioritários a serem enfrentados, reconhecendo a urgência para implementação de políticas de gestão e EA.

Desde 2015, em todos os eventos, a articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas é evidente.

Este texto relata reflexivamente sobre repercussões do VIII EALusofono (21 a 25/07/2025) em Manaus (Brasil), com o tema: “Educação ambiental e ação local: respostas à emergência climática, justiça ambiental, democracia e bem viver”, no bem viver em Ijuí.

## **METODOLOGIA**

Traz as vivências e diálogos estabelecidos pelas participantes desde a submissão e apresentação dos trabalhos no VIII EALusofono e interações nas conferências, painéis, oficinas, minicursos, vivências e momentos de confraternização como a Feira de Sabores e Saberes, a qual propiciou a partilha da história e alimentos de cada país. O lançamento de livros sobre EA e as visitas técnicas ampliaram a compreensão do ambiente na constituição e garantia da vida das diferentes populações humanas e não humanas. As trocas de experiência entre os diversos participantes possibilitaram o reconhecimento e o respeito à diversidade de povos, que constituíram a humanidade e adaptaram-se aos ambientes peculiares para Bem-Viver.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O evento reuniu especialistas, políticos, pesquisadores, educadores, estudantes e representantes da sociedade civil de diversos países e comunidades lusófonas para discutir e compartilhar experiências sobre EA em contextos locais e globais. A escolha de Manaus reforçou a importância estratégica da Amazônia, nas discussões ambientais, proporcionando imersão em uma região de grande relevância ecológica, sociocultural e geopolítica.

A força dos países da CPLP está na busca de soluções para um mundo mais justo e sustentável mediadas pela EA. O seminário “Investigar para acelerar as respostas educativas à emergência climática”, promovido pelo Programa Resclima (<https://resclima.info/>), encaminhou as propostas: i. pesquisa educativa interdisciplinar, para respostas rápidas diante da emergência climática; ii. construção coletiva de agenda comum de diretrizes educativas entre os países lusófonos; iii. reconhecimento da emergência climática como urgência ética e política, exigindo articulação entre ciência, educação e movimentos sociais; e, iv. valorização de abordagens socioculturais críticas.



Estas recomendações instituem entendimentos sobre as demandas propostas nos quatro trabalhos apresentados pelas autoras, nos eixos 3 e 4. O trabalho *Compreensões sobre a diversidade de situações de recuperação e prevenção de impactos ambientais num parque urbano* (Pansera-de-Araújo, Ferreira e Bianchi) foi discutido no eixo 3 - EA e desenvolvimento humano: os direitos fundamentais à vida (água, saneamento e saúde).

O eixo 4 (Educação ambiental no sistema educativo e diálogos intergeracionais) aborda a EA nos sistemas educativos formais, em termos pedagógicos, formativos e materiais, conforme faixas etárias e meio sociogeográfico. Os trabalhos foram: *Grupo Namaacha: Educação Ambiental em Movimento* (Ferreira, Tomo e Mesquita); *Biodiversidade, Interações Ecológicas e Ambiente: Educação Ambiental e Imersão Acadêmica para Jovens Estudantes de Ijuí/RS* (Oliveira, Uhde e Carbonera); e, *Implementação dos ODS em Contextos Regionais Brasileiros: Desafios e Perspectivas para a Educação Ambiental* (Oliveira, Dias e Pansera-de-Araújo). O debate contribuiu para averiguar a pertinência de nossas atividades.

Foram visitadas: a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), Instituto Soka Amazônia, localizada em Manaus, que realiza práticas de conservação, educação ecológica e desenvolvimento sustentável em áreas protegidas da Amazônia; o Centro de Ciências e Saberes Karapãna (CCSK), onde a comunidade demanda a criação de uma escola indígena bilíngue e intercultural, para crianças e jovens das etnias Karapãna, Apurinã, Baré, Kambeba, Mura, Tikuna, Tucano, Kokama, Satere Mawé, na região metropolitana de Manaus; Z2F manejo florestal, com visita à torre científica, onde se recolhem os dados sobre carbono, água e outros componentes da floresta amazônica para as recomendações do IPCC. Um ponto chave é a necessidade dos educadores ambientais basearem mais as suas mensagens em dados confiáveis e fugirem das ideias pré-concebidas e sem fundamento científico.

A conferência de encerramento “Capitalismo terminal, ecofascismo, apoio mútuo solidário e construção de sociedades desde abaixo”, com Carlos Taibo (Madrid), especialista em colapso ecológico e movimentos sociais, trouxe um tom provocativo e urgente ao debate sobre EA: *a necessidade de ir além do técnico, incorporando reflexão política e emancipadora*. Ele instigou os congressistas a pensar a educação como agente de transformação, que questiona o modelo civilizatório e fomenta alternativas coletivas, democráticas e ecológicas. Debateu sobre os limites do atual modelo civilizatório, trazendo o conceito de decrescimento justo e sustentável. Em um mundo atravessado pelo colapso ecológico e avanço do autoritarismo, ele





propõe alternativas sustentadas em apoio mútuo e resistência coletiva – para imaginar, desde baixo, outras formas de sociedade, em que a EA *não pode ser neutra*, mas, sim, *anticapitalista e anticonsumista*. Questionou valores como crescimento ilimitado, competitividade e tecnocracia, que se reencontram com as palavras da Ministra Marina Silva, que chamou atenção para o SER ao invés do TER.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Carta de Manaus foi elaborada coletivamente ao longo dos cinco dias do congresso, com participação de 1.350 representantes de dez países da lusofonia — incluindo governos, sociedade civil, academia e comunidades tradicionais. O documento consolida posicionamentos éticos e pedagógicos articulando educação ambiental, justiça climática e democracia, e serve como contribuição da CPLP para a agenda da COP 30, que ocorrerá em 2025 em Belém do Pará (Brasil).

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Crise Climática. Reflexão Emancipadora.

### **AGRADECIMENTOS**

À UNIJUÍ, PROAP-CAPEs e ao Sindicato dos Professores do Ensino Privado de Ijuí (SINPRO Noroeste), pelo auxílio disponibilizado, CEABN-InBIO com o projeto FCT UID/BIA/50027/2025.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

<https://periodicos.furg.br/remea/issue/view/855>

<https://ealusofono.org>

<https://www.ealusofono.org/edicoes-anteriores/>

Carta de Manaus - ([https://www.ealusofono.org/congresso-pre-cop30-encerra-com -carta-de-manau-e-reforca-papel-da-educacao-ambiental-diante-da-cri-se-climatica/&sa=D&source=docs&ust=1755003574273676&usg=AOvVaw0KDbex2bOgJh1SsJDbRgNc](https://www.ealusofono.org/congresso-pre-cop30-encerra-com-carta-de-manau-e-reforca-papel-da-educacao-ambiental-diante-da-cri-se-climatica/&sa=D&source=docs&ust=1755003574273676&usg=AOvVaw0KDbex2bOgJh1SsJDbRgNc))